

ESTRUTURA ARGUMENTAL E FUNÇÕES SEMÂNTICAS¹

Roberto Gomes CAMACHO²

- **RESUMO:** Este trabalho examina a atribuição de funções semânticas e funções sintáticas em relação a fatores pragmáticos num *corpus* do português falado, focalizando os processos marcados em que a construção de estruturas senten- ciais envolva mecanismos de perspectivização. Considerando preliminarmente o postulado funcional de que a gramática depende de três módulos interdepen- dentes – o sintático, o semântico e o pragmático – pretende-se verificar, por um lado, a relevância da estrutura temática para a determinação da estrutura sintática e, por outro, a influência dos procedimentos discursivos na organi- zação sintático-semântico das construções sentençiais. O tratamento descri- tivo conduz a uma avaliação teórica do próprio modelo funcional proposto por Dik (1989) em termos da relação entre a Hierarquia de Funções Semânticas e a noção de pespectivização.
- **PALAVRAS-CHAVE:** Função semântica; função sintática; hierarquia semân- tica; perspectivização; estrutura argumental.

Palavras iniciais

O conceito de função semântica ou de papel temático tem recebido da literatura tratamentos divergentes, em virtude do diferente estatuto teórico que lhe é atribuído por diferentes enfoques.

1 Este trabalho divulga resultados do projeto de pesquisa "A hierarquia de funções semânticas e a atribuição de funções sintáticas", desenvolvido no biênio 1997/1999, como bolsista do CNPq (Proc. 801185/92-1).

2 Departamento de Teoria Lingüística e Literária – Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas – UNESP – 15054-000 – São José do Rio Preto – SP. E-mail: camacho@tl.ibilce.unesp.br.

Um aspecto importante é o da relevância teórica que a noção de função semântica exerce na explicação de fatos sintáticos. No enfoque gerativista, especificamente a Teoria da Regência e da Vinculação, Chomsky (1981) e seguidores consideram os papéis temáticos (rótulos com que designam as funções semânticas) como meros índices lexicais da estrutura argumental, cuja natureza é estritamente sintática, modo de ver que reduz as funções semânticas a termos descritivos sem qualquer estatuto teórico.

Essa espécie de imunidade das relações sintáticas aos papéis temáticos relativiza-se na obra de Grimshaw (1990). Para essa autora, a estrutura argumental se organiza de acordo com relações de proeminência determinadas por propriedades temáticas e aspectuais do predicador. Entretanto, essas relações de proeminência especificam um estatuto teórico ainda muito limitado às funções semânticas: indicam não mais que a posição relativa de cada função numa hierarquia.

Jackendoff (1987, 1990), numa posição oposta, defende a autonomia do componente sintático e do semântico. Em sua perspectiva teórica, o léxico contém uma estrutura conceitual formada por categorias primitivas e regras de formação e estas permitem combinar tais categorias em conceitos mais complexos. Desses conceitos derivam os papéis temáticos, ou funções semânticas, que são configurações particulares da estrutura conceitual. Regras de correspondência determinam a relação entre a estrutura sintática e a estrutura semântica, de modo que esta exerce influência direta sobre a gramática. Na direção de uma semântica forte e autônoma, no âmbito do quadro gerativista, podem situar-se também as posições de Culicover & Wilkins (1984).

Outro enfoque ainda mais divergente do chomskiano é o de Dowty (1991). Embora esse autor reconheça a relevância dos papéis temáticos na construção de fenômenos sintáticos, seu enfoque difere, por exemplo, do assumido por Jackendoff. Para Dowty, os papéis temáticos não fazem parte da gramática, mas derivam de uma semântica do mundo real, como noções acarretadas pelas ações humanas representadas por predicadores verbais, posição mais próxima do enfoque funcionalista que pretendemos adotar neste trabalho.

Nos quadros da lingüística brasileira, Franchi (s.d.) assume que a sintaxe e a semântica constituem subsistemas autônomos de representação, ainda que estreitamente relacionados: devem ser elaborados cada qual mediante objetos primitivos, operações e relações constitui-

vas próprias, formulados com base em sistemas independentes de princípios teóricos.³

De todas as linhas, a mais divergente é a funcionalista. Embora também defenda o princípio da autonomia entre os subsistemas sintático e semântico (e pragmático), considera-os tão fortemente interdependentes que a sintaxe é determinada, em primeiro lugar, pelo subsistema pragmático e, em segundo, pelo semântico. Embora haja outros funcionalistas, como Foley & Van Valin Jr. (1984), Givón (1984), que defendem o mesmo princípio, o modelo adotado aqui é o da Gramática Funcional (doravante GF) de Dik (1989). Pode-se dizer que o modelo de GF de Dik pratica um funcionalismo moderado, pois, embora postule a importância do componente pragmático e negue a autonomia do sintático, reconhece a possibilidade de haver, na gramática, determinações puramente formais ou sintaticamente motivadas.

A base da GF (Dik, 1989) é o inventário das predicções nucleares, que se obtêm mediante a inserção de termos nas posições argumentais de um predicador verbal. Um de seus aspectos mais instigantes é o de que as funções de Sujeito e de Objeto devem ser consideradas sinalizadores da perspectiva que a forma do enunciado projeta sobre um nível superior ao da predicação nuclear, em que satélites podem ser inseridos, a que se pode denominar predicação central (*core predication*). Assim, saber a que funções semânticas são atribuídos os constituintes Sujeito e Objeto representa um passo importante para descobrir a hierarquia temática que predomina numa língua.

As diversas posições no tratamento das relações entre sintaxe e semântica são o resultado direto da importância das funções semânticas para a teoria da linguagem, mas a razão de optar por um tratamento funcional está na relevância devotada pelo enfoque funcionalista à influência recíproca dos módulos sintático, semântico e pragmático. A inclusão de fatores pragmáticos é que distingue o modelo funcionalista dos modelos formais. Dowty (1991) e Jackendoff (1987, 1990), por exemplo, reconhecem a autonomia dos módulos sintático e semântico na teoria da linguagem, mas dão pouca relevância teórica aos fundamentos pragmáticos, que, não obstante, exercem um papel marcante para a relação que medeia entre a seleção argumental, a hierarquia de funções semânticas e a perspectiva dada ao estado de coisas.

3 Aplicações do modelo de Franchi podem ser encontradas no trabalho de Whitaker-Franchi (1989) sobre construções ergativas e no de Cançado (1995) sobre os verbos psicológicos.

A hierarquia de funções semânticas na gramática funcional

A versão original da Hierarquia de Funções Semânticas (doravante HFS) (Dik, 1989, p.76), fornecida em (1), representa uma tendência universal na atribuição de funções sintáticas, de modo que haveria um ponto de corte, no *continuum*, que representaria as possibilidades de cada língua particular.

(1) Hierarquia de Funções Semânticas

	Ag	>	Me	>	Rec	>	Ben	>	Inst	>	Loc	>	Tem
Sujeito	+	>	+	>	+	>	+	>	+	>	+	>	+
Objeto			+	>	+	>	+	>	+	>	+	>	+

Conforme se move da esquerda para a direita, a atribuição das funções de Sujeito e de Objeto se torna cada vez menos freqüente e conseqüentemente mais marcada. O acesso das funções semânticas às funções sintáticas ocorre, na GF de Dik, no âmbito da predicação central (*core predication*), que corresponde a um nível de representação em que o esquema de predicado básico (*nuclear predication*) expande-se, incluindo os satélites de nível 1, que podem ter também acesso à função de Sujeito. Posteriormente Dik considera que, só excepcionalmente, satélites de nível 2 devem ser licenciados para receber funções sintáticas, visando com isso dar conta de uma possível aplicação de Locativos em Bantu à função de Sujeito. Ressalva, todavia, que, na realidade, dependentemente da língua envolvida, Locativos podem manifestar-se como argumento, como satélite de nível 1, ou como satélite de nível 2 (Dik, 1989, p.230-1). Em razão disso e de outras discrepâncias sutis em várias línguas, Dik (p.234) considera que a HFS já mencionada necessita de refinamento e sugere substituir as duas primeiras posições pelos conjuntos respectivos de funções semânticas postuladas, que poderiam funcionar como A¹ e A² respectivamente, conforme se reproduz em (2).

(2)⁴

A ¹	>	A ²	>	Rec	>	Ben	>	Inst	>	Loc	>	Tem
Ag		Me										

4 A função Posicionador (Pos) se refere à entidade que controla uma Posição, isto é, uma Situação controlada, não dinâmica. For (Força) se refere à entidade não controladora que instiga um Processo. Processado (Proc) se refere à entidade que se submete a um Processo. Inst (Instrumento) é um satélite e não um argumento no modelo vigente de GF; Zero se refere a uma entidade que é primariamente envolvida num Estado.

Pos	Rec
For	Ben
Proc	Inst
Zero	etc.

Essa formulação permite acomodar o conjunto completo de estados de coisas postulado pela GF, e o acréscimo das funções semânticas Posicionador, Processado, Força e Zero, que não figuram na versão original, dá à hierarquia um aspecto multidimensional. Entretanto, é questionável a inclusão das funções semânticas Beneficiário e Instrumento como membros do conjunto A^2 , já que, em outra parte da GF, ao tratar de estados de coisas e funções semânticas, Dik (1989, p.103) fornece um esquema, apresentado em (3), que inclui as combinações mais usuais de funções semânticas no interior dos esquemas de predicado básicos; essas combinações seriam construídas por meio de um algoritmo, que traduzimos em (4).

(3)

[1]	[2a]	[2n]
Agente	Meta [Exp]	Recipiente [Exp]
Posicionador		Localização
Força		Direção
Processado [Exp]		Fonte
Zero [Exp]		Referência

(4)

- a) Esquemas de predicado nucleares nunca contêm mais que uma instância de uma função semântica,⁵
- b) Em todos os esquemas de predicado, A^1 tem uma das funções contidas em [1];
- c) Em esquemas de predicado de dois lugares, A^2 tem uma das funções contidas em [2a] ou [2b];
- d) Em esquemas de predicado de três lugares, A^2 tem a função contida em [2a] e A^3 tem uma das funções contidas em [2b].

⁵ Essa condição, conforme diz o próprio Dik, já havia sido formulada por Fillmore (1968).

e) Estados de coisas com o traço [-dinâmico] são incompatíveis com as funções semânticas que implicam movimento (Direção e Fonte).

Embora a HFS em (3) forneça uma generalização do postulado c contido no algoritmo de (4), inclui as funções semânticas Locativo, Direção (a entidade em direção para a qual algo se move ou é movido), Origem (a entidade a partir da qual algo se move ou é movido) e Referência (o segundo ou terceiro termo de uma relação com referência ao qual a relação se sustenta).

A inclusão de Instrumento como um segundo argumento em potencial na HFS de (3) contradiz, conforme afirma Cornish (1994), o postulado de Dik de que essa função semântica é um satélite e não um argumento. Esta última crítica não se sustenta, uma vez que a atribuição de funções sintáticas ocorre, no modelo de Dik, no segundo nível de representação, o da predicação central (*core predication*), que permite também satélites de nível 1. Os satélites de nível 1 representam participantes adicionais envolvidos (Beneficiário, Companhia), especificações adicionais à efetivação do estado de coisas (Instrumento, Modo, Velocidade, Qualidade) e orientação espacial (Direção, Fonte, Percurso).

Ocorre, todavia, como aliás reconhece o próprio Dik (1989, p.234), que a atribuição de Sujeito e Objeto em línguas como grego clássico e hebreu moderno é sensível ao estatuto argumental de funções semânticas específicas: somente podem receber função de sujeito termos na função de Recipiente numa classe reduzida de predicados bivalentiais, como *ajudar* e *impressionar*, em oposição aos trivalentiais. Embora em português, por exemplo, a GF representa o A² desses predicados com a função semântica Meta-Experienciador, no grego antigo e no hebreu moderno esse tipo de A² é marcado por dativo e não por acusativo. Assim, para dar conta dessa distinção morfológica e do comportamento sintático correlativo, Dik (1989) atribui ao A² dativo a função de Recipiente e não a de Meta [Experienciador].

Por outro lado, na língua chichewa da família bantu, as possibilidades de aplicação da função de Sujeito a Recipientes A² e A³ são inversas às do grego antigo e do hebreu moderno: Recipientes A³ podem ser sujeito da passiva, enquanto Recipientes A² não podem (Trithart, 1979 apud Siewierska, 1991, p.109).

Desenvolvendo, assim, a mesma linha de raciocínio aplicada por Dik à análise do grego antigo e do hebreu moderno e, em vista de que, nas línguas bantu, somente a termos desprovidos de preposição pode ser atribuída a função de Sujeito, Siewierska (1991, p.100) sugere uma

reestruturação na HFS de Dik para acomodar a distinção entre os termos preposicionados e não preposicionados na função de Recipiente. Essa reestruturação adiciona o conjunto de funções semânticas A³ à hierarquia contida em (2) de que resulta (5) abaixo.

(5)

A¹ > A² > A³ > Rec > Ben > Inst > ...

Ag	Me	Rec
Pos	Rec	Ben
For	Ben	Instr
Proc	Inst	Loc
Zero	Loc	Dir
	Dir	Fon
	Fon	Ref
	Ref	

Conforme percorrermos o conjunto de funções semânticas de A¹ de Agente para Posicionador e daí para Força, Processado e Zero, ocorre um enfraquecimento concomitante das funções envolvidas da posição de Sujeito e um fortalecimento simultâneo das contidas no conjunto de A², particularmente no caso de Meta [Experenciador]. Nesse caso, seria possível ver o conjunto de funções dentro da posição A¹ como que constituindo em si mesmas uma hierarquia no sentido visualmente vertical, exatamente como no caso da posição A² e da posição A³. Essa versão torna explícita a predição de que todas as funções semânticas argumentais são mais acessíveis à atribuição de funções sintáticas do que as não-argumentais e de que, entre as funções semânticas, as listadas em A¹ são mais acessíveis à atribuição de Sujeito que as de A², e as de A² mais que as de A³ (Siewierska, 1991, p.110).

Escopo do presente trabalho

Como hipótese geral, ao adotar um enfoque funcionalista para o tratamento da relação entre as funções semânticas e as funções sintáticas, este trabalho se apóia na hipótese de que uma teoria gramatical adequada deve compor-se de subsistemas autônomos, mas interdepen-

dentos, cuja correspondência seria estabelecida por regras de projeção. Essa hipótese geral, compartilhada mais por semanticistas de base formal, justifica-se no fato de que a construção da estrutura argumental, assim como a configuração sintática da expressão linguística, são determinados, ainda que não exclusivamente, mas em alguns aspectos particulares muito relevantes, pela configuração específica do componente semântico.

Além de reconhecer a coexistência autônoma dos módulos, Dik (1989) postula que eles sejam hierarquizados, compartilhando, com outros modelos do paradigma funcional, a prioridade do componente pragmático sobre os demais. Desse modo, a adoção de uma perspectiva discursiva significa estender o domínio tradicional da análise linguística, que consiste de regras semânticas, sintáticas, morfológicas e fonológicas, incluindo os princípios pragmáticos complexos que governam os padrões de interação verbal. Assim a semântica, em sentido amplo, é vista como instrumental relativamente às funções comunicativas e interacionais e a sintaxe como instrumental em relação à semântica.

Com base nesses pressupostos teóricos, este trabalho examina a acessibilidade das funções semânticas à atribuição de papel argumental em relação a fatores discursivos, pragmáticos. Focalizam-se construções marcadas, tais como promoção e demissão argumental e ordenação de constituintes, que envolvam a projeção de um ponto de vista ou perspectiva ao enunciado.

Considerando preliminarmente que seja válido o ponto de partida teórico de que a gramática depende de três módulos interdependentes – o sintático, o semântico e o pragmático –, pretende-se verificar, por um lado, a relevância da estrutura semântica para a determinação da estrutura sintática e, por outro, a relevância do processo interativo-comunicacional para a determinação da estruturação sintático-semântico das construções sentenciais. O tratamento descritivo deverá levar, ao final, a uma avaliação do próprio modelo funcional proposto por Dik (1989) em termos da relação entre a HFS e a noção de perspectivização.

O procedimento metodológico se resume a uma análise inicial das sentenças canônicas do português falado culto, com base numa amostragem relativa a 5% do chamado *corpus* mínimo do Projeto de Gramática do Português Falado,⁶ resultando num conjunto total de 916 ocor-

6 O universo de pesquisa é uma amostragem representativa do *corpus* mínimo do Projeto de Gramática do Português Falado, em que atuo como pesquisador, composto pelos seguintes inquéritos: de Porto Alegre: EF-278, DID-045, D2-291; do Rio de Janeiro: EF-379, DID-328, D2-355; de São Paulo: EF-405, DID-234, D2-360; de Recife: EF-337, DID-131, D2-005; de Salvador: EF-049, DID-231, D2-098.

rências de estruturas sentenciais e, em seguida, a uma análise das sentenças marcadas.

A análise das construções não-marcadas constitui apenas um pano de fundo para desvendar o verdadeiro objetivo deste trabalho: examinar as estruturas marcadas em que a perspectiva adotada para o estado de coisas não é a mais comum e verificar que funções sintáticas e semânticas estão em jogo. O tratamento será quantitativo, quando forem necessários dados gerais, e qualitativo, quando se tratar das estruturas marcadas e seus reflexos para a teoria da perspectivização, em virtude da baixa representatividade estatística que têm.

O papel da HFS nas estruturas canônicas

Observe-se, inicialmente, a Tabela 1, que apresenta a relação entre tipos semânticos de predicação e ordenação da relação entre sujeito e predicador.

Tabela 1 – Relação entre tipo semântico de predicado e ordem de palavras

	ordem N	SV(O) %	ordem N	VS(O) %	Total N	%
Ação	271	98,5	04	1,5	275	30,0
Processo	98	82,4	21	17,6	119	12,9
Estado	378	82,5	80	17,5	458	50,0
Posição	63	98,5	01	1,5	64	6,9
Total	810	88,5	106	11,5	916	

Predominam predicados de estado no *corpus*, exatamente a metade de todas as ocorrências, conforme se observa na terceira coluna, que mostra o total de ocorrências, independentemente do tipo de ordenação (458/916). Predominam também construções SV(O), cuja incidência é de 88,5% (810/916), contra 11,5% de construções VS(O). Com predicados de Ação e de Posição a incidência de ordem SV(O) é maior, trata-se de sentenças cujo argumento A¹ é uma entidade controladora do evento instaurado na predicação. O que é mais interessante nesses dados é que a predominância da sintaxe SV(O) se generaliza por todas os tipos semânticos de estrutura sentencial, fato que a caracteriza como estrutura canônica do português falado.

Essa estrutura canônica é também pragmaticamente determinada, como atesta a incidência majoritária de entidades informacionalmente dadas na posição de Sujeito. Mostra essa distribuição a Tabela 2, cujo enfoque é a caracterização pragmática, em termos informacionais, dos argumentos na posição de Sujeito e de Objeto das construções SV(O) e VS(O).

Tabela 2 – Relação entre ordem e informatividade dos argumentos

	A ¹		VS(O)		A ²		SV(O)	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Dado	594	91,8	40	40,5	230	49,0	9	75,0
Novo	53	8,2	59	59,5	239	51,0	3	25,0
Não se aplica	163	20,2	7	6,6	341	42,0	94	88,6
Subtotal	810		106		810		106	
Total	647		99		469		12	

O levantamento efetuado não considerou algumas subcategorias de dado e de novo, sugeridas por Prince (1981). Assim, *inferível*, por exemplo, foi computado como dado. Os resultados apontam para uma incidência significativamente majoritária de referentes dados na posição de A¹ das construções SV(O): 91,8% (594/647), em oposição a apenas 8,1% (53/647) de referentes novos. Nas construções VS(O), os índices não se polarizam desse modo, embora o de referentes novos seja mais alto: 59,5% (59/99), em oposição ao de referentes dados: 40,4% (40/99). Nesse aspecto, mais uma vez, observa-se que o comportamento dos argumentos Sujeito das construções VS(O) permite verificar que eles se alinham em termos de informatividade aos argumentos Objeto da sintaxe SV(O). O que se vê é uma correlação entre a função sintática de Sujeito e a função pragmática de Tópico, independentemente da atribuição de função semântica, já que predominam os SNs inativos, rotulados por Zero.

Nesse quadro, qual seria o papel da HFS? Observemos agora a distribuição de funções semânticas, independentemente da ordenação de orações. A Tabela 3 a seguir apresenta o cruzamento estatístico entre papel semântico do A¹ e do A².

Os dados referentes à distribuição de papel semântico dos argumentos A¹ e A² mostram a seguinte hierarquia para o argumento A¹, aqui identificada como a posição sintática de Sujeito: Zero (49,2%) > Agente (30,0%) > Processado (12,0%) > Posicionador (6,0%) > Força (1,5%).

Tabela 3 – Correlação estatística entre papel semântico do A¹ e papel semântico do A²

	Agente		Posicionador		Força		Processado		Zero		Oracional		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Meta	208	75,5	16	28,0	9	64,0	-----	-----	----	----	1	12,5	234	48,0
Referência	11	4,0	23	40,0	5	36,0	38	35,0	133	29,0	2	25,0	207	42,5
Locativo	10	3,5	2	4,0	-----	----	12	11,0	13	3,0	---	---	37	7,5
Direção	8	3,0	---	---	---	---	2	2,0	---	---	---	---	10	2,0
Sem A ²	39	14,0	16	28,0	5	36,0	57	52,0	306	68,0	5	62,5	428	46,7
Total	276	30,0	57	6,0	14	1,5	109	12,0	452	49,5	8	1,0	916	
Subtotal	276	59,5	57	12,0	14	3,0	109	23,5			8	2,0	464	

Descartadas predicções estativas, de que resulta um subtotal de 464 SNs com função Zero, para ser possível observar os resultados voltados apenas para predicados de eventos, a hierarquia estatística fica assim: Agente (59,5%) > Processado (23,5%) > Posicionador (12,0%) > Força (3,0%). Se comparada à hierarquia de funções semânticas de (2) acima, observa-se que a função Zero no total de SNs sobrepuja estatisticamente a de Agente; do mesmo modo, a de Processado, na sub-hierarquia de predicadores de evento, sobrepuja estatisticamente a posição da função Força.

A hierarquia estatística permite inferir tão-somente que predicadores estativos tiveram, por exemplo, uma incidência muito maior que dinâmicos no *corpus* todo. Ainda assim, a hierarquia temática é um princípio de organização semântica que se projeta sobre as estruturas sintáticas. Isso pode significar que os dados empíricos necessariamente não a representam, já que a distribuição estatística se organiza com base na recorrência das categorias e não em categorias-tipo.

Do *corpus* total de 916 ocorrências, eliminaram-se as estruturas recorrentes; o resultado desse procedimento é uma frequência estatística no uso de estruturas-tipo; nessa subamostragem, observa-se a seguinte

hierarquia para A¹: Agente: 49,0% (113/233) > Zero: 24,0% (57/233) > Processado: 16,0% (36/233) > Posicionador: 9,0% (22/233) > Força: 2,0 (5/233). Já a incidência total de SNs na posição de A² se reduz a 183, subtraídos os predicadores monovalentes; o resultado é o seguinte: Meta: 56,0% (103/183) > Referência: 40,0% (72/183) > Locativo: 3,0% (6/183) > Direção: 1,0% (2/183). A incidência de A³ se reduz a apenas 21 casos, subtraídos os predicadores mono e bivalentes; o resultado é o seguinte: Locativo: 48,0% (10/21) > Recipiente: 43,0% (9/21) > Direção: 9,0% (2/21).

Quanto à posição de A¹, os resultados mudam no *corpus* de ocorrências-tipo, com a maior incidência de Agentes na posição de Sujeito e Tópico. Prevaecem, no entanto, entidades inativas e processadas na função de sujeito, em detrimento de funções semânticas mais altas na hierarquia, como Posicionador e Força. Na posição de A², que é a de complemento preposicionado ou direto, continuam a predominar os argumentos na função de Meta, mas SNs de Referência predominam sobre SNs na função de Locativo e Direção. Referência é o segundo argumento não-afetado, não-efetuado de um predicador, como *ler*, e o segundo argumento de verbos de situação controlada, em que o sujeito é um Posicionador. Na posição de A³, a HFS só não se sustenta inteiramente em razão de uma maior incidência de Locativos do que de Recipientes. Os índices são, todavia, pouco significativos.

A HFS especifica a ordem preferencial, ou o grau de acessibilidade de funções semânticas para a atribuição das funções sintáticas de Sujeito e de Objeto, e especifica também a frequência relativa com que são feitas as escolhas específicas, seja trans-sistêmica ou intra-sistemicamente. Entretanto, as predições que essa, ou que qualquer outra hierarquia incorpora, não podem ser automaticamente transpostas para o nível de predicções concretas, porque o poder da associação entre uma função semântica e as funções de Sujeito e de Objeto, numa dada ocorrência, depende dos seguintes fatores relevantes: 1. a variação de funções semânticas acessíveis a Sujeito e Objeto; 2. o impacto da hierarquia de animacidade e as determinações da seleção de Sujeito e de Objeto, baseadas no grau de familiaridade com as entidades representadas pelos termos selecionados; 3. a natureza do predicador (Siewierska, 1991, p.111; Dik, 1989, p.235-9).

O primeiro ponto é um tanto óbvio, espera-se que a dependência entre uma função semântica de Sujeito e de Objeto seja inversamente proporcional ao número de funções semânticas elegíveis para Sujeito e Objeto na predicção. É necessário observar que a maioria das constru-

ções processivas apresenta um predicador lexical e não sintaticamente monovalencial, como (6a-c), ou bivalencial, como (6d) a que não se aplicam questões de perspectiva:

- (6) a. as economias industriais européias e americana... e a união soviética queriam mais é que a *Birmânia morresse*... (EF-v-379)
 b. por que tu disseste que achas que *ali entra a compreensão?* (EF-POA-278)
 c. a perspectiva essa da dogmática jurídica como é que *ela funciona* (EF-v-337)
 d. nos primeiros meses daquele trimestre como a *UPC não sofre correção* (v2-RJ-355)

Poucos são os casos de predicadores que se caracterizariam por alguma seleção entre uma construção causativa e uma construção processiva, como se observa em (7a-b).

- (7) a. A cozinheira assou os dois juntos.
 b. os dois assam juntos (D2-POA-291)

Já o segundo e o terceiro pontos são estreitamente relacionados. Sabe-se que algumas funções semânticas dispõem, muito mais que outras, de características que favorecem a escolha de Sujeito e de Objeto, tais como humanidade, animacidade e familiaridade, conforme mostra a Hierarquia da personalidade/animacidade (Silverstein, 1976) incluída em (8).

- (8) [P1, P2] > P3 humano > animado > força inanimada > inanimado

Assim, as chances de uma função de Meta, comparada a uma de Agente, para candidatar-se a Sujeito aumentam conforme a primeira entidade for mais familiar que a segunda. Estatisticamente, isso pode ser comprovado na relativa distribuição de SNs que representam entidades humanas, animadas e inanimadas. Para tanto, retornemos aos dados da amostragem principal, que traz estruturas recorrentes, mostrados na Tabela 4, em que se correlacionam os fatores ordem e animacidade dos argumentos.

Tabela 4 – Relação entre ordem e animacidade dos argumentos

	A ¹		VS(O)		A ²		VS(O)	
	SV(O)	%	N	%	SV(O)	%	N	%
Humano	486	70,2	11	18,0	37	10,9	02	22,2
Inanimado	199	28,7	47	77,0	296	87,3	07	77,7

	A ¹		VS(O)		A ²		VS(O)	
	SV(O)		N	%	SV(O)		N	%
	N	%	N	%	N	%	N	%
Animado não-humano	7	1,0	3	4,9	11	3,2	---	---
Abstrato	72	8,8	36	33,9	121	14,9	1	0,9
Não se aplica	46	5,6	9	8,4	350	43,2	96	90,5
Subtotal	810		106		810		106	
	-118		-45		-471		-97	
Total	692		61		339		9	

Primeiramente, subtraíram-se dos dados os argumentos cujos referentes são abstratos e outros a que não se aplica animacidade, como vários casos de pronomes e zeros referenciais. A tabela aponta para uma relação inversamente proporcional entre construções SVO e VSO, não importando a natureza semântica da predicação envolvida: há uma incidência majoritária de referentes humanos nos argumentos na posição de Sujeito, 70,2% (486/692), contra 28,7% de argumentos representando referentes inanimados.

As coisas se invertem completamente no que concerne à sintaxe VSO: embora o número de argumentos animados se reduza muito, os dados apontam para uma incidência significativamente majoritária de A¹ inanimados: 77,0% (47/61), em oposição aos argumentos representando referentes humanos: 18,0%. Se acrescentarmos os SNs com os traços [+animado [-humano], o índice se torna ainda mais significativo. Nesse caso, a caracterização semântica do argumento Sujeito nas construções VS(o) se assemelha, uma vez mais aqui, à dos argumentos na posição de Objeto: 87,3% (296/339) dos A² das construções SV(O) e 77,7% (7/9) dos argumentos da construção VS(V) são igualmente inanimados. Esses resultados mostram que a HFS indica uma preferência na atribuição de funções sintáticas de Sujeito, Objeto e complemento preposicionado, mas que é atravessada pela influência de outra hierarquia, discursivamente orientada, que é a de animacidade/pessoalidade.

Em razão de uma orientação discursiva para a primeira pessoa, uma entidade no papel de Meta com o traço humano e especialmente no papel de Meta[Exp] é um forte candidato para Sujeito em estados de coisas não-controlados, que, nos termos da GF, tomam para A¹ Força, Processado ou Zero. A preferência pelas construções de (a) em detrimento das de (b) em (9) é uma das evidências mais comuns em apoio à hierarquia de pessoalidade:

- (9) a. A empresa despediu o marido dela.
b. O marido dela foi despedido pela empresa.

Os predicados de processo mental podem ser lexicalizados com o Experienciador/afetado como A^1 e o estímulo como A^2 , ou vice-versa, como ocorre em (10a-b).

- (10) a. O livro me impressionou.
b. Eu fiquei impressionado com o livro.

A hierarquia de funções semânticas imporia (10a). Como o predicador é de ação, a causa deveria preceder o objeto afetado. Todavia, em virtude da hierarquia de animacidade, é mais comum inverter-se a ordenação do evento tendo o experienciador/afetado na posição de A^1 e o estímulo/causa na posição de A^2 .

Alguns dos predicadores estativos mais informais, como *gostar*, *amar*, *odiar*, *querer* e *temer*, pertencem ao primeiro tipo de ordenação, isto é, mantêm como A^1 o experienciador e como A^2 o estímulo. Geralmente os SNs nas duas posições relevantes são entidades humanas, ou o estímulo é uma entidade não-humana, daí o padrão dominante, em que o Experienciador aparece como A^1 . Havendo necessidade de alterá-lo por razões de topicalização, seleciona-se uma construção passiva que inverte as posições dos dois argumentos. Assim, (11a) e (11b) são perfeitamente admissíveis:

- (11) a. José amou muito Maria na adolescência.
b. Maria foi muito amada por José na adolescência
c. José amou o pato no tupupi.

mas a passiva equivalente de (11c) não o é da mesma forma:

- (11) d. O pato no tupupi foi amado por José.

Há situações em que o ponto de vista imposto à predicação permite falar em termos de sentença marcada. São situações de desarticulação entre a seqüência natural do estado de coisas e a ordenação dos argumentos e satélites da predicação. Variações de voz são mecanismos lingüísticos típicos de seleção de uma perspectiva ao evento relatado e as únicas situações que, para Dik (1989), constituem projeções de perspectiva. Estudos trans-sistêmicos de variações de voz mostram que, por um lado, passivas com menção de Agente são impossíveis em algumas línguas e, por outro, que não há nenhuma que permita passivas agentivas mas exclua as não-agentivas (Givón, 1979).

Essas evidências sugerem que passivas com menção de Agente são consideravelmente menos naturais que passivas não-agentivas e isso é coerente com a teoria da perspectivização, já que uma construção de passiva agentiva reverte a seleção argumental de um evento transitivo, degradando sintaticamente a função semântica de Agente a um estatuto sintático de oblíquo, de pouca centralidade com o verbo; nesse caso, a passiva não-agentiva é que melhor se acomoda a uma situação de reversão do evento natural: uma vez que um SN na função de Meta se promove à função de Sujeito, a estrutura preferencial menos marcada é a passiva não-agentiva, construção estatisticamente mais freqüente que a alternativa agentiva no português falado, de que as ocorrências contidas em (12) constituem bons exemplos.

- (12) a. fiquem sempre se perguntando *como é que foi feito* (D2-POA-291)
b. *essas coisas têm que se(r) muito bem dosadas* (D2-POA-291)

Há situações ainda mais extremas de perspectivização em que as estruturas sentenciais podem ser consideradas marcadas. São casos em que a desarticulação entre fluxo de atenção natural e ponto de vista lingüístico é motivada por uma ausência da posição canônica de Sujeito. As diversas construções parecem indicar que o falante projeta no estado de coisas um ponto de vista que não ultrapassa a verbalização do processo em si, como ocorre com construções processivas (13a-b), construções apresentacionais, com verbos existenciais (14a-c) e com verbos intransitivos, como (15a-c), que manifestam a emergência no cenário discursivo de seu argumento único.

- (13) a. e os dois assam juntos (D2-POA-291)
b. não deixa cozinhar o camarão (D2-POA-291)
- (14) a. já houve uma compreensão (EF-POA-278)
b. aqui tem, tem uma disciplina assim (EF-POA-278)
c. normalmente existe um colegiado (DID-RE-131)
- (15) a. aonde vai a cebola, vai o alho, vai a pimenta (D2-POA-291)
b. por que entrou a compreensão (EF-POA-278)
c. e agora saíram uns, uns temperos mais, mais novos (D2-POA-291)

As construções de P3 + se e mesmo as de P6, tradicionalmente enquadradas nos casos de indeterminação do sujeito, envolvem o mesmo tipo de processamento discursivo, em termos de perspectivização, que as construções processivas, conforme se observa em (16a-b).

- (16) a. em que se distinga, ou possa se distinguir o tempero (D2-POA-291)
b. eu adorei o tal de acarajé porque quando me serviram aqui uma vez eu vi e não gostei (DID-RJ-328)

A questão é que esses casos, que para Dik (1989) constituem predicadores derivados por regras de redução de valência, não podem ser incluídos como mecanismos de perspectivização, já que o esquema de predicado subjacente deve ser o mesmo para as duas construções, o que só se aplica à relação entre ativa e passiva.

Algumas conseqüências teóricas da proposta de perspectivização

De todos os aspectos da GF de Dik (1989), talvez o menos satisfatório seja o tratamento devotado às funções sintáticas. A principal razão das críticas, geralmente lançadas a esse ponto do modelo, principalmente por Siewierska (1991), é que Dik reconhece, por um lado, somente duas funções sintáticas – Sujeito e Objeto (direto) – e adota, por outro, uma concepção estreita da noção de perspectiva como uma moldura dentro da qual essas duas funções são atribuídas. Desse modo, as funções de sujeito e de objeto acabam sendo nocionalmente definidas em termos de funções semânticas e não em termos de propriedades morfossintáticas.

Um modo de comprovar esse questionamento é observar a diferença na valência quantitativa e qualitativa entre construções ativas e passivas. Os predicados passivos são, como seus correspondentes ativos, semanticamente bivalentes, uma vez que o argumento Agente permanece presente, ao menos na estrutura semântica. Entretanto, são sintaticamente monovalentes, uma vez que o argumento Agente, quando expresso, manifesta-se como SP, na função de oblíquo. Como a GF considera que a atribuição de Sujeito e Objeto se faz sobre uma base semântica, o modelo é incapaz de abrigar adequadamente essa distinção formal.

Para que a um termo seja atribuída a função de Sujeito ou de Objeto, deve haver uma seleção alternativa dentro da predicação, e deve estar envolvido exatamente o mesmo estado de coisas denotado em cada seleção alternativa. Para que a função de Sujeito seja atribuída, uma língua nominativo-acusativa, como o português, deve possuir a passiva sintática, e para que possa dispor da função de Objeto, a língua deve dis-

por da construção *dative-shift*, presente no inglês, mas não no português. Tanto a construção passiva quanto a *dative-shift* representam o mesmo estado de coisas que suas respectivas contrapartes não-marcadas. A atribuição de Sujeito define a perspectiva primária para a interpretação da predicação: assinala que o estado de coisas deve ser entendido do ponto de vista do referente designado pelo termo na função de Sujeito. A atribuição de Objeto, por outro lado, define uma perspectiva secundária ao estado de coisas: línguas que permitem a seleção entre Meta e Recipiente para a função de Objeto, como o inglês, são as mais bem-dotadas de possibilidades alternativas. Nesse caso, línguas como o português dispõem apenas da perspectiva primária.

O maior problema para a noção de perspectiva da GF não se localiza ainda na limitação acima mencionada, mas na presumida identidade entre os estados de coisas representados por sentenças construídas sob diferentes pontos de vista (Siewierska, 1991). A predicação nuclear é o nível de representação que define um estado de coisas, e, como a GF não admite transformações, duas ou mais predicções podem se qualificar como realizações do mesmo estado de coisas somente se manifestarem idênticos esquemas de predicado, em que se acham representadas tanto as funções sintáticas (valência quantitativa do predicado) quanto as funções semânticas (valência qualitativa), além de propriedades categoriais, restrições seletivas etc.

O fundamento desse princípio está no fato de que, na GF de Dik (1989), estados de coisas não representam a experiência tal como ela existe no mundo real, mas uma visão já codificada da realidade que a gramática da língua constrói. Como um estado de coisas se acha definido primariamente numa predicação nuclear, pode-se presumir que diferenças entre estados de coisas do mesmo tipo devem ser o produto de diferenças nos traços do esquema de predicado e não em outra função semântica, como seleção lexical, traços semânticos, propriedades categoriais e restrições seletivas.

Na passiva, a presença quase obrigatória do argumento Agente é perfeitamente compatível com a manutenção de seu estatuto argumental, na análise de atribuição de Sujeito da GF de Dik. Entretanto, a vinculação da passiva com a atribuição de Sujeito, paralelamente ao fato de que a atribuição de Sujeito relaciona predicções com a mesma valência quantitativa e qualitativa, implica que somente passivas que não envolvam nenhuma mudança valencial se submetem a esse tipo de processo. Esse modo de ver exclui, como casos potenciais de variação

de perspectiva, várias construções comumente denominadas passivas, como a passiva adjetival ou lexical (17a), que envolve uma mudança na função semântica; passivas reflexivas (17b), que fornecem evidência para redução argumental; e, por definição, as passivas impessoais (17c), em que não se manifesta o Agente (Siewierska, 1991).

- (17) a. a gente conhece pessoas que ... *ficam impressionadas*, a sua personalidade toda (DID-POA-044)
b. e a melhor maneira que ele encontrava para *se defender* era atacando (EF-RJ-355)
c. *não se pode criar assim profissões* ou cita(r) profissões que sejam mais importantes ou mais necessárias entende? (DID-POA-O44).

O modelo visto assim não permite incluir, como variação de perspectiva, uma série de possibilidades de alternância entre diferentes configurações estruturais na verbalização do mesmo estado de coisas. Assim, essa abordagem das regras de atribuição de sujeito excluiria muitos contrastes, existentes num grande conjunto de línguas, frequentemente consideradas com "passivas", como predicados recíprocos (18), predicados opostos (19), predicados ergativos (20), passivas lexicais (21), antônimos dêiticos (22), distinções anafóricas (23):

- (18) a. João se casou com Maria.
b. Maria se casou com João.
c. João e Maria se casaram.
d. João se casou/Maria se casou.
- (19) a. João vendeu o carro para Maria.
b. Maria comprou o carro do João.
- (20) a. João quebrou o vaso.
b. O vaso quebrou.
- (21) a. O nível do debate surpreendeu Maria.
b. Maria ficou surpresa com o nível do debate.
- (22) a. A porta abriu e Maria entrou.
b. A porta abriu e Maria saiu.
- (23) a. João quebrou o vaso.
b. Meu irmão quebrou o vaso.

Todas as oposições ilustradas envolvem uma clara diferença semântica e justamente por isso os estados de coisas denotados pelos membros de cada par não podem ser vistos como duas versões superficiais da mesma predicação subjacente.

Na verdade, as únicas diferenças entre predicções que a noção de perspectiva permite enfocar são as que envolvem a organização interna das funções semânticas dentro de um esquema de predicado. Essas permutas, acompanhadas da transferência necessária de propriedades morfológicas e sintáticas de uma função semântica para a outra, é que são consideradas definidoras da atribuição de Sujeito e de Objeto. A perspectiva é, então, apenas uma questão de projeção de funções semânticas em sintáticas.

A motivação subjacente para a HFS, tal como foi originalmente concebida por Dik, tem por base, por um lado, a direcionalidade prototípica dos predicados, psicologicamente determinada, como o conceito de fluxo de atenção, de DeLancey (1981) e, por outro, na hierarquia de pessoalidade/animacidade (Silverstein, 1976). Além disso, essas duas motivações constituem manifestações do princípio de iconicidade postulado por Haiman (1980). Entretanto, para DeLancey, fluxo de atenção natural se refere cognitivamente ao desenvolvimento dos eventos no mundo real, sendo a ordem temporal a base para a percepção da naturalidade. O postulado incorporado na HFS de Dik, que se traduz na prioridade do Agente sobre todas as demais funções semânticas, é o de que os falantes manifestam uma preferência por representar verbalmente situações e eventos em correspondência com o fluxo de atenção natural. Conseqüentemente, o fluxo de atenção natural verbalizado é o fluxo de atenção lingüístico não-marcado, isto é, o ponto de partida preferido para a projeção linear das expressões lingüísticas.

A noção de fluxo de atenção interage obviamente com as várias versões da hierarquia da animacidade/pessoalidade encontráveis na literatura, que é, por seu lado, um reflexo do princípio de orientação egocêntrica (*me-first principle*), conforme se observa em Cooper & Ross (1975), Silverstein (1976) e Lakoff & Johnson (1980).

Outro ponto estreito de contato com a reinterpretação dos conceitos de Sujeito e Objeto, formulada por Dik, é, obviamente, a Teoria dos Casos de Fillmore (1968; principalmente, 1977). Em face das dificuldades com que depara o lingüista ao tentar conceber um repertório de casos que dê conta das noções necessárias para fazer uma análise de qualquer estado ou evento, a melhor solução, para Fillmore (1977), é a

de que um esquema de predicado não necessita abranger, na verbalização do evento, a descrição de todos os aspectos relevantes de uma situação, mas somente uma parte dela. A manifestação dessa escolha implica a atribuição das funções gramaticais de Sujeito e de Objeto. É justamente nesse aspecto que Dik concorda com Fillmore: o de certa perspectiva básica que o esquema de predicado especifica ao estado de coisas que ele designa.

Há um ponto de discordância entre as fontes e o modelo de Dik que torna teoricamente complicado aplicá-lo ao conjunto de fatos cobertos pela noção de perspectiva. Observa-se haver uma diferença fundamental entre estados de coisas e sua verbalização no modo como DeLancey (1981) elabora as noções de fluxo de atenção natural e fluxo de atenção linguístico e no modo como elabora Fillmore a noção de eventos em relação às cenas parciais representadas na predicação. Para Dik, a predicação já é uma entidade linguística, de natureza lógico-semântica, subjacente ao modo como é, depois, verbalizada. Sendo assim, a aplicação do modelo aos casos elencados em (18-23) acima fica metodologicamente comprometida e, em razão disso, torna-se muito restrita a concepção de perspectiva. O evento em si, tal como indica a percepção cognitiva que dela se forma, pode ser verbalmente representado por vários pontos de observação dos quais derivam as diferentes formas de expressão que, por exemplo, (24) a-g representam.

- (24) a. João quebrou o vaso.
b. O vaso foi quebrado por João.
c. O vaso foi quebrado.
d. O vaso quebrou.
e. Quebraram o vaso.
f. Quebrou-se o vaso.
g. O vaso se quebrou.

O modelo de GF de Dik caracteriza cada oração em termos de uma estrutura abstrata que é projetada sobre as expressões linguísticas reais por um conjunto de regras de expressão que especificam a forma, a ordem e a entonação de seus constituintes. As estruturas subjacentes de oração são essencialmente semânticas, enquanto questões relacionadas à forma e à ordenação de constituintes são regras de expressão. Entretanto, não se deve interpretar esse modo de representação como uma distinção clara entre o plano semântico e o sintático. Na realidade, a noção de estrutura subjacente é concebida não apenas como representações da organização semântica da oração, mas também como aspectos de

sua organização formal, podendo ser vista, portanto, como estruturas semântico-sintáticas (Siewierska, 1991).

Os predicadores definem estruturas que Dik denomina esquemas de predicado. A estrutura predicado/argumento especificada no esquema de predicador é que funciona como estrutura subjacente e, como tal, tem base semântica, uma vez que os argumentos são caracterizados somente em termos de sua função semântica e não em termos de estatuto categorial, como em outros modelos formais. As informações mais importantes contidas num esquema de predicado são 1. a forma do predicador; 2. a categoria do predicador (verbo, adjetivo ou nome); 3. as posições argumentais associadas com o predicador (valência quantitativa) e 4. a função semântica dos argumentos (valência qualitativa).

Os argumentos do esquema de predicado são não-ordenados, embora, por uma convenção que respeita a HFS, Agente, em um verbo como *dar*, é referido como primeiro argumento, Meta, como segundo argumento e Recipiente, como terceiro. O fato de a GF não impor uma ordem linear aos constituintes do esquema de predicado, que é a estrutura inicial, é de fato uma vantagem da teoria, já que permite às línguas disporem de padrões diversos de ordenação a serem atribuídos ao mesmo formato de esquema de predicado. As regras de expressão é que são responsáveis pela forma, ordem e entonação dos constituintes da oração.

O que é uma vantagem, sob um ponto de vista, sob outro, parece uma desvantagem. Como a aplicação das funções sintáticas de Sujeito e de Objeto precede a das regras de expressão, somente esquemas de predicado de dois ou três lugares com a respectiva atribuição de funções sintáticas e semânticas acham-se no escopo do processo de perspectivação, que, por conseguinte, exclui as correspondências semânticas que se podem observar em (24a-g).

Estruturas superficiais como (24a) e (24d) apresentam diferentes esquemas de predicado ou estruturas subjacentes, com base nas regras de formação de predicado. Qualquer traço de um esquema de predicado fornecido como *input* pode ser afetado por uma formação de predicado, e em razão disso os principais resultados da formação de predicados são os seguintes: 1. extensão ou redução da valência quantitativa (número de argumentos do predicado); 2. resultados sobre o estado de coisas que o predicado designa; 3. outros efeitos localizados, como mudança na função semântica dos argumentos (valência qualitativa), modificação semântica do predicado e alteração na categoria sintática do predicado.

É justamente uma regra de formação de predicado por redução de valência e mudança argumental, inserida em (25), que explica o relacionamento entre uma oração transitiva como (24a) e sua contraparte processiva, como (24d):

(25) *input*: $\text{pred}_v (X_1)_{\text{Ag}} (X_2)_{\text{Me}}$
output: $\text{pred}_v (X_2)_{\text{Proc}}$

A regra de formação de predicado contida em (25) suprime o Agente subjacente (redução de valência qualitativa) e simultaneamente transforma uma predicação de atividade numa de processo. Como um resultado dessa alteração, o argumento Meta subjacente muda para a primeira posição argumental e se submete a uma modificação semântica de Meta para a de argumento Processado (mudança de valência qualitativa).

Outro tipo de correspondência que interessa verificar e que não se explica por regra de formação de predicado é a que relaciona pares de sentenças que se diferenciam somente pela disposição dos constituintes, como as existentes entre uma oração com um elemento topicalizado, como (26a), e sem elemento topicalizado, (26b)

- (26) a. *aspas mesmo* podem colocar (EF-RE-337)
b. podem colocar *aspas mesmo*

Palavras finais

Embora (5) tenha sua validade garantida como um conjunto de generalizações trans- e intra-sistêmicas, assim como outros tipos de hierarquia temática, as predições que permite devem ser contrabalançadas por vários outros fatores de natureza semântico-pragmática que caracterizam, em cada língua específica, o predicador que fornece a base para a predicação em questão. Por conseguinte, além do conjunto das funções semânticas acessíveis às funções sintáticas de Sujeito e Objeto, entram em jogo também (a) o impacto da hierarquia de animacidade/ personalidade e, concomitantemente, o impacto de determinantes de familiaridade da entidade envolvida nos termos que exercem as funções de sujeito e objeto, como topicalidade, dadidade (*givenness*), definitude, referencialidade (Chafe, 1976) e prioridade temporal, e, sobretudo, fatores idiossincráticos, como preferência pessoal, envolvimento emocional, abrangidos na hierarquia de "empatia" de Kuno (1976) e Kuno & Kabu-

raki (1977), segundo a qual o falante se identifica mais com a entidade do segundo argumento do que com a do primeiro.

Os diversos aspectos acima levantados exigem investigação mais profunda que esta, não apenas com a extensão a um conjunto diferenciado de dados empíricos, mas também com a discussão de pontos localizados da teoria funcionalista, mais especificamente do modelo adotado, que é o de GF de Dik (1989). Três pontos merecem destaque: 1. é necessário estender a noção de perspectiva a fatos lingüísticos que o enfoque teórico não inclui; 2. é necessário operar uma revisão na HFS em adaptação a um conceito estendido de perspectiva, aplicando-a à classificação tipológica do português falado; 3. é necessário elaborar uma reavaliação da HFS, mediante comparação com outros enfoques, funcionalistas e não-funcionalistas de hierarquia temática.

Levantados os problemas e abertas as sendas que conduzam a uma solução teoricamente satisfatória, este trabalho se fecha sobre promissoras perspectivas de investigação futura.

CAMACHO, R. G. Argument structure and semantic functions. *Alfa (São Paulo)*, v.43, p.145-170, 1999.

- *ABSTRACT: This paper examines the semantic and syntactic function assignment in relation to pragmatic factors in a spoken Portuguese corpus, focusing the marked processes of sentence construction which involve perspectivization mechanisms. Departing preliminarily from the functional postulate which asserts that grammar depends on three interdependent levels – syntactic, semantic and pragmatic – it intends to verify, on one hand, the relevance of thematic structure to the determination of syntactic structure and, on the other, the influence of discourse procedures to the syntactic-semantic organization of sentences. The descriptive treatment of data leads to a theoretical evaluation of the functional model proposed by Dik (1989) in terms of the relation between Semantic Function Hierarchy and the perspectivization principle.*
- *KEYWORDS: Semantic function; syntactic function; semantic hierarchy; perspectivization; argument structure.*

Referências bibliográficas

CAMACHO, R. G. O papel da estrutura argumental na variação de perspectiva. In: KOCH, I. G. V. (Org.) *Gramática do português falado*. Campinas: Editora Unicamp, Fapesp, 1996. v.6, p.253-74.

- CANÇADO, M. *Verbos psicológicos: a relevância dos papéis temáticos vistos sob a ótica de uma semântica representacional*. Campinas, 1995. Tese (Doutorado) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas.
- CHAFE, W. Givenness, contrastiveness, definiteness, subject, topics and point of view. In: LI, C. (Ed.) *Subject and topic*. New York: Academic Press, 1976.
- CHOMSKY, N. *Lectures on Government and Binding*. Dordrecht: Foris, 1981.
- COMRIE, B. *Language universals and linguistic typology*. Oxford: Basil Blackwell, 1981.
- COOPER, W. E., ROSS, J. R. Word order. In: GROSSMAN, R. G. et al. (Ed.) *Papers from the parasession on functionalism*. Chicago: Chicago Linguistic Society, 1975.
- CORNISH, F. *Integrating argument structure, clause semantics, grammatical functions and micro-discourse: the functional grammar perspective*. *Lingua*, v.94, n.4, p.245-64, 1994.
- CULICOVER, P. W., WILKINS, W. *Locality in linguistic theory*. New York: Academic Press, 1984.
- DeLANCEY, S. An interpretation of split ergativity and related patterns. *Language (Baltimore)*, v.57, n.3, p.626-57, 1981.
- DIK, S. The structure of the clause. In: *The theory of functional grammar*. Dordrecht: Foris, 1989. pt.1
- DOWTY, D. R. Thematic Proto-Roles and argument selection. *Language, (Baltimore)*, v.67, n.3, p.547-619, 1991.
- FILLMORE, C. The case for case. In: BACH, E., HARMS, R. T. (Ed.) *Universals in linguistic theory*. New York: Holt, 1968.
- _____. The case for case reopened. In: COLE, P., SADOCK, J. M. *Syntax and semantics*. New York: Academic Press, 1977. v.8.
- FOLEY, W. A., VAN VALIN JR., R. D. *Functional syntax and universal grammar*. Cambridge: Cambridge University Press, 1984.
- FRANCHI, C. *Teoria generalizada dos papéis temáticos* (Versão parcial e preliminar, sem revisão), s.d.
- GIVÓN, T. *Syntax a functional-typological introduction*. Amsterdam: John Benjamins, 1984.
- _____. *On understanding grammar*. New York: Academic Press, 1979.
- GRIMSHAW, J. *Argument structure*. Cambridge: MIT Press, 1990.
- HAIMAN, J. The iconicity of grammar: isomorphism and motivation. *Language*, v.56, p.515-40, 1980.
- JACKENDOFF, R. The status of thematic relations in linguistic theory. *Linguistic Inquiry*, v.18, n.3, p.369-411, 1987.
- _____. *Semantic structures*. Cambridge: MIT Press, 1990.

- KUNO, S. Subject, theme and the speaker's empathy-a reexamination of relativization phenomena. In: LI, C. (Ed.) *Subject and topic*. New York: Academic Press, 1976.
- KUNO, S., KABURAKI, E. Empathy and syntax. *Linguistic Inquiry*, v.8, p.627-72, 1977.
- LAKOFF, G., JOHNSON, M. *The metaphors we live by*. Chicago: Chicago University Press, 1980.
- PRINCE, E. F. Towards a taxonomy of given/new information. In: COLE, P. (Ed.) *Radical pragmatics*. New York: Academic Press, 1981.
- SIEWIERSKA, A. *Functional grammar*. London: Routledge, 1991.
- SILVERSTEIN, M. Hierarchies of features and ergativity. In: DIXON, R. W. M. (Ed.) *Grammatical categories in Australian languages*. Canberra: Australian Institute of Aboriginal Studies, 1976.
- WHITAKER-FRANCHI, R. C. M. *As construções ergativas: um estudo sintático e semântico*. Campinas, 1989. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas.